

**EMPRESA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE
BELMONTE, E.M.**

**RELATÓRIO DE GESTÃO & DOCUMENTOS DE
PRESTAÇÃO DE CONTAS
ANO DE 2012**

- **RELATÓRIO DE GESTÃO**
- **BALANÇO**
- **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**
- **DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**
- **DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**
- **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

BELMONTE
Março de 2013



Relatório de Gestão da EMPDS BELMONTE, E.M.

EXERCÍCIO DE 2012

I- CONSIDERAÇÕES GERAIS

Conforme determina o artigo 20º dos Estatutos, o Conselho de Administração vem apresentar o Relatório de Gestão acompanhado pelos seguintes documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2012: Balanço; Demonstração de Resultados; Demonstração das Alterações do Capital Próprio; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Anexo às Demonstrações Financeiras.

A Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte tem cumprido os objetivos a que se tem proposto. A grande aposta na divulgação e promoção de Belmonte tem dado os seus frutos e os espaços museológicos têm sido uma alavanca para a dinamização da economia local. Continuamos a trabalhar em parceria com a Restauração e com a Hotelaria local e regional, sendo uma mais-valia para todo o Turismo da Região. Notamos um maior empenho dos privados, na aposta de qualidade dos serviços. Começamos a sentir que alguns artesãos da região apostam em produtos diferenciados, de qualidade, que pretendem que se vendam nos Museus. Desta forma, pretendemos ajudar à criação do próprio emprego e apostar na comercialização de artesanato local e regional.

A realização de eventos culturais anuais continua a ser uma mais-valia para a dinamização de Belmonte assim como é uma forte atração para os visitantes.



A aposta na qualificação dos recursos humanos é contínua tendo a finalidade de prestar um serviço de excelência aos nossos visitantes. Estamos preparados para enfrentar as dificuldades e os imprevistos, tentando da melhor forma contornar os obstáculos. A aposta na dinamização dos espaços e na divulgação/promoção da nossa História e do nosso Património vai ajudar-nos a levar os nossos objetivos a bom porto.

Para finalizar, a rubrica de custos de todo este processo deve continuar a ser uma prioridade da gestão financeira da Empresa Municipal de Belmonte.



II- A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O ano de 2012 constituiu o oitavo ano de actividade da EMPDS BELMONTE, E.M., e seguidamente apresentam-se as principais diferenças entre as previsões para 2012, o realizado em 2012 bem como o comparativo com o realizado em 2011:

Descrição	Previsto 2012	Realizado 2012	Realizado 2011
Custo das Mercadorias Vendidas	40.000,00	43.719,15	38.402,04
Fornecim. e Serv. Externos			
Subcontratos / Custos c/ Actividades	50.000,00	0,00	0,00
Outros Fornec. e Serv. Externos	27.200,00	24.736,57	19.576,45
Gastos c/ o Pessoal	97.580,00	96.359,28	100.804,24
Gastos de Depreciação e de Amortização	2.000,00	1.389,59	2.166,60
Outros Gastos e Perdas	0,00	905,91	36,96
Gastos e Perdas de Financiamento	0,00	1,85	0,00
Total dos Gastos	216.780,00	167.112,35	160.986,29
Vendas e Serviços Prestados	167.500,00	149.960,29	157.034,33
Subsídios à Exploração	50.000,00	307,94	551,33
Outros Rendimentos e Ganhos	1.000,00	14.598,33	4.651,15
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	0,00	84,50	70,75
Total dos rendimentos	218.500,00	164.951,06	162.307,56
Imposto	0,00	117,52	70,51
Resultado Líquido do exercício	1.720,00	-2.043,77	1.391,78

As diferenças relevantes que se verificam são:

- nos gastos verifica-se que se gastou menos que o previsto no orçamento para 2012, mas essa diferença deve-se quase na sua totalidade ao facto de na rubrica de subcontratos, estarem previstos



os gastos com atividades a realizar (Festas do Concelho, Festival Gastronómico, Mercado Kosher e outras), que este ano, foram novamente concretizadas diretamente pelo Município de Belmonte. Nas outras rubricas de gastos verificam-se em termos reais valores idênticos aos previstos. Comparativamente a 2011 verifica-se um aumento de 2,8% nos gastos da EMPDS.

- nos rendimentos constata-se que as vendas e prestações de serviços realizadas decresceram 4,5% em relação a 2011, mas este decréscimo deve-se ao aumento da taxa de IVA na venda de bilhetes de entrada nos museus que passou de 6% para 23%, sem ter havido ajustamento de preços que se mantiveram os mesmos. Se houvesse manutenção da taxa de IVA, as vendas prestações de serviços seriam de aproximadamente 164.000,00 euros, valor este que representaria um acréscimo de 4,4% relativamente a 2011 e aproximando-se muito da previsão efetuada para 2012 (-2%).
- ainda nos rendimentos verifica-se que os Subsídios à Exploração recebidos do Município de Belmonte mantiveram o nível significativamente baixo, devido ao seguinte: primeiro porque, como já se referiu relativamente aos subcontratos, as atividades que estavam previstas realizar pela EMPDS, foram este ano financiadas diretamente pelo Município de Belmonte, embora com o apoio organizativo e logístico da EMPDS; segundo porque a EMPDS em 2012, continuou a manter-se autosuficiente, concretizando toda a sua atividade com as receitas próprias. O valor que consta nos subsídios não diz respeito a nenhuma transferência financeira, mas sim a uma imputação contabilística de subsídios ao investimento do projeto de promoção turística.

III- ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Relativamente à situação financeira constata-se um rácio de autonomia financeira ligeiramente inferior uma vez que este rácio passou de 36% em



2011 para 31% em 2012. Este decréscimo é pouco significativo e a EMPDS mantém uma boa autonomia financeira.

A liquidez da empresa também foi ligeiramente inferior relativamente ao ano anterior, tendo o rácio de liquidez geral passado de 1,51 em 2011 para 1,38 em 2012, mantendo contudo a EMPDS, a capacidade para pagar os seus compromissos de curto prazo.

IV- ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

Pela análise da Demonstração de Resultados verifica-se que os Resultados Líquidos da EMPDS BELMONTE, E.M. tiveram a seguinte evolução:

(Unid.: Euros)

RESULTADOS	2010	2011	2012
Resultado líquido do período	-7.462,18	1.391,78	-2.043,77

Os resultados em 2012 evidenciam uma pioria relativamente a 2011, tendo como explicação principal, o efeito do aumento da taxa de IVA incluído no preço de venda dos bilhetes de entrada nos museus.

Relativamente, à estrutura de Gastos ela é a seguinte em relação às principais rubricas: Gastos com o Pessoal (57,7%), Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (26,2%) e Fornecimentos e Serviços Externos (14,8%).

Em relação à estrutura de Rendimentos ela é a seguinte também em relação às principais rubricas: Prestações de Serviços (53,1%), Vendas (37,8%) e Outros Rendimentos e Ganhos (8,9%).

V- PLANO DE INVESTIMENTO E EXECUÇÃO ANUAL

Nos Instrumentos de Gestão Previsional para 2012 estavam previstos investimentos na modernização administrativa da EMPDS BELMONTE E.M. no valor de 2.500,00 €. No entanto, o investimento concretizado em 2012 foi de 2.326,36 € que se aproxima bastante do previsto.



VI - OUTRAS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais confirma-se:

- a) Não haver ocorrido após o termo do exercício factos relevantes com reflexo directo ou indirecto sobre as contas do exercício de 2012 (artº66, nº5 b)
- b) Não existirem negócios entre a empresa e os seus Administradores (artº66, nº5 e) e 397º)
- c) Não existirem sucursais da empresa em qualquer parte do território nacional e estrangeiro (artº66, nº5 g)
- d) Os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização não são titulares de participações da empresa (artº447)
- e) A empresa não tem quaisquer dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

VII - PERSPECTIVAS PARA 2013

Durante o ano de 2013, estão previstas no Plano de Atividades e Orçamento, diversas iniciativas que a serem concretizadas como esperamos, continuam a perspetivar um desenvolvimento sustentável da empresa e um contributo para a prestação de melhores serviços a todos aqueles que visitam Belmonte.

VIII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido apurado em 2012 de -2.043,77 € seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Belmonte, 22 de Março de 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



EMPDS BELMONTE, E.M.
Balanço em 31 de Dezembro de 2012

Unid. Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2012	2011
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	6	2.278,45	2.474,22
Activos intangíveis	7	1.132,54	0,00
		3.410,99	2.474,22
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	8	57.774,26	47.530,99
Clientes	9	1.078,51	1.521,51
Estado e outros entes públicos	10	5.560,51	11.142,64
Outras contas a receber	11	283,59	1.862,44
Diferimentos	12	171,57	151,39
Caixa e depósitos bancários	13	8.007,70	6.879,19
		72.876,14	69.088,16
TOTAL DO ACTIVO		76.287,13	71.562,38
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	14	5.000,00	5.000,00
Resultados transitados	14	19.372,28	18.098,02
Outras variações no capital próprio	14	847,25	1.199,80
		25.219,53	24.297,82
Resultado líquido do período	14	-2.043,77	1.391,78
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		23.175,76	25.689,60
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Passivos por impostos diferidos	15	94,21	211,73
		94,21	211,73
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	16	35.260,87	30.904,53
Estado e outros entes públicos	17	4.607,23	2.129,76
Outras contas a pagar	18	13.022,05	12.191,81
Diferimentos	19	127,01	434,95
		53.017,16	45.661,05
TOTAL DO PASSIVO		53.111,37	45.872,78
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		76.287,13	71.562,38



EMPDS BELMONTE, E.M.
Demonstração dos Resultados por Naturezas
para o período findo em 31 de Dezembro de 2012

Unid. Monetária: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	20	149.960,29	157.034,33
Subsídios à exploração	21	307,94	551,33
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-43.719,15	-38.402,04
Fornecimentos e serviços externos	22	-24.736,57	-19.576,45
Gastos com o pessoal	23	-96.359,28	-100.804,24
Outros rendimentos e ganhos	24	14.598,33	4.651,15
Outros gastos e perdas	25	-905,91	-36,96
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-854,35	3.417,12
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	26	-1.389,59	-2.166,60
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-2.243,94	1.250,52
Juros e rendimentos similares obtidos	27	84,50	70,75
Juros e gastos similares suportados	28	-1,85	0,00
Resultado antes de impostos		-2.161,29	1.321,27
Imposto sobre o rendimento do período	29	117,52	70,51
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-2.043,77	1.391,78



Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte
EMPDS BELMONTE, E.M.

EMPDS BELMONTE, E.M.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Unidade Monetária: EURO

NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA - MAE											TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	
	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Preços de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Outras variações em resultados financeiros	Excedente de reavaliação	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		Interesses minoritários
6	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.675,71	0,00	0,00	1.599,36	-7.462,18	0,00	7.812,89
Alterações no período													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio													
7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.422,31	0,00	0,00	-399,56	7.462,18	0,00	16.484,93
8	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.422,31	0,00	0,00	-399,56	7.462,18	0,00	16.484,93
9 = 7 + 8													
Resultado líquido do período													
Resultado integral													
Operações com detentores de capital no período													
Outras operações													
10													
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.098,02	0,00	0,00	1.199,80	1.391,78	0,00	25.689,60
6	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.098,02	0,00	0,00	1.199,80	1.391,78	0,00	25.689,60
Alterações no período													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio													
7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.274,26	0,00	0,00	-352,55	-1.391,78	0,00	-470,07
8	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.274,26	0,00	0,00	-352,55	-1.391,78	0,00	-470,07
9 = 7 + 8													
Resultado líquido do período													
Resultado integral													
Operações com detentores de capital no período													
Outras operações													
10													
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.372,28	0,00	0,00	847,25	-2.043,77	0,00	23.175,76

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



EMPDS BELMONTE, E.M.
Demonstração de Fluxos de Caixa
para o período findo em 31 de Dezembro de 2012

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		182.051,66	173.337,48
Pagamentos a fornecedores		-70.209,50	-89.821,86
Pagamentos ao pessoal		-96.461,71	-101.295,87
Caixa gerada pelas operações		15.380,45	-17.780,25
Pagamentos/Recebimentos do imposto sobre o rendimento		-1.114,08	-1.102,06
Outros recebimentos / pagamentos		-10.340,01	245,70
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		3.926,36	-18.636,61
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Activos fixos tangíveis		-1.003,68	0,00
Activos intangíveis		-1.858,65	0,00
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		66,33	68,26
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-2.796,00	68,26
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Cobertura de prejuízos		0,00	16.955,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Juros e custos similares		-1,85	-0,12
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-1,85	16.954,88
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		1.128,51	-1.613,47
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		6.879,19	8.492,66
Caixa e seus equivalentes no fim do período		8.007,70	6.879,19
Variações de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		1.128,51	-1.613,47



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 DA EMPDS BELMONTE, EM**

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, E.M., adiante designada EMPDS Belmonte, EM, é uma Empresa Municipal constituída em 05/03/2004, tem sede na Rua Pedro Alvares Cabral, n.º 88, freguesia e concelho de Belmonte, é a pessoa colectiva n.º 506779360 e está inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Belmonte sob o n.º 00001/040315.

Tem como actividade principal as Actividades dos Museus (CAE – 91020).

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As demonstrações financeiras são preparadas em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relatório Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou a situações omissas são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Não houve disposições do SNC que tenham sido derogadas e portanto as demonstrações financeiras apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão de acordo com as NCRF e são as seguintes:

Ativos Intangíveis (NCRF 6)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.



As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado.

Activos Fixos Tangíveis (NCRF 7)

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das respectivas depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios económicos irão fluir para a empresa e o custo puder ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que são incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos mínimos de vida útil previstos no Decreto Regulamentar nº25/2009 de 14 de Setembro.

As mais ou menos valias provenientes do abate ou alienação do activo fixo tangível são determinadas pela diferença entre os preços de venda e a quantia líquida escriturada do activo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados.

Inventários (NCRF 18)

As mercadorias são valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Rédito (NCRF 20)

O rédito proveniente da venda de bens deve ser reconhecido quando i) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão nem o controlo efectivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa, e v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente dos serviços prestados apenas é reconhecido quando i) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, ii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa, iii) a fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada, e iv) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.



O rédito é reconhecido líquido de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Subsídios do Governo (NCRF 22)

Os subsídios do Governo, só são reconhecidos após haver segurança de que: i) a empresa cumprirá as condições a ele associadas e ii) os subsídios serão recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para o balanceamento com os gastos relacionados que se pretende que compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Acontecimentos Após a Data do Balanço (NCRF 24)

Acontecimentos após a data do balanço, favoráveis ou desfavoráveis, são os que ocorrem entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão (data em que são disponibilizadas para conhecimento de terceiros).

Os acontecimentos que proporcionem prova de condições que existiam à data do balanço dão lugar ao reconhecimento de ajustamentos, os que surgirem após a data do balanço não dão origem a quaisquer ajustamentos.

Imposto Sobre o Rendimento (NCRF 25)

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto se esse passivo por impostos diferidos resultar das situações referidas no parágrafo 15 da NCRF 25.



Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Instrumentos Financeiros (NCRF 27)

i) Clientes

Os serviços prestados são realizados em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. Quando o crédito apresenta um prazo superior ao das condições normais de crédito, as contas de clientes são mensuradas ao custo.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

ii) Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

iii) Fornecedores e outras dívidas de/a terceiros

As dívidas a fornecedores ou de/a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Benefícios dos Empregados (NCRF 28)

A empresa reconhece: i) um passivo quando os empregados tenham prestado serviços em troca de benefícios de empregados a serem pagos no futuro e ii) um gasto quando consumir o benefício económico proveniente dos serviços prestados pelos empregados.

Os benefícios dos empregados englobam: benefícios de curto prazo tais como salários, ordenados e contribuições para a segurança social.

Julgamentos e Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.



As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões.

Apesar de as estimativas serem determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, poderão sempre ocorrer situações, em períodos subsequentes, que não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

4. FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rúbrica de caixa e depósitos bancários:

Caixa e Depósitos Bancários	31-12-2012	31-12-2011
Numerário	1088,79	1809,50
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	6918,91	5069,69
Total de Caixa e Depósitos bancários	8007,70	6879,19

A EMPDS Belmonte, EM, não tem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso imediato.

5. PARTES RELACIONADAS

5.1. A EMPDS Belmonte, EM integra-se no grupo do Município de Belmonte. Esta entidade é fornecedora de artigos promocionais que são vendidos nos museus geridos pela EMPDS Belmonte, EM, e no ano de 2012 esses fornecimentos ascenderam a 2312,08 euros. O valor em dívida da EMPDS Belmonte, EM ao Município de Belmonte relativamente a fornecimentos era de 18863,14 em 31/12/2010 e de 21175,22 em 31/12/2012. A EMPDS Belmonte, EM também realizou prestação de serviços ao Município de Belmonte no valor de 721,00 euros e o valor do saldo a receber em 31/12/2012 era de 40,00 euros.

Empresa mãe: Município de Belmonte (detentora de 100% do capital da EMPDS Belmonte, EM).

5.2. O Conselho de Administração da EMPDS Belmonte, EM, é composto atualmente por dois membros (um presidente e um vogal), pois o terceiro elemento cessa funções. As remunerações da Administração ascenderam a 1435,44 euros, correspondentes às senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração de um vogal, uma vez que o Presidente não auferia qualquer remuneração.



As notas que se seguem têm como finalidade contribuir para uma melhor compreensão das alterações mais significativas da posição financeira e do desempenho da EMPDS BELMONTE, EM, face à última data de reporte anual (31/12/2011).

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- a) A mensuração dos activos fixos tangíveis é efectuada ao custo.
- b) Na depreciação dos activos fixos tangíveis é utilizado o método da linha recta.
- c) A vida útil dos bens e as taxas de depreciação usadas respeitam o disposto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.
- d) Os movimentos ocorridos nos valores brutos e nas depreciações dos activos fixos tangíveis foi o seguinte:

Valores brutos	31.12.2011	Adições	Diminuições	31.12.2012
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0
Equipamento básico	18290,27	0	0	18290,27
Equipamento transporte	0	0	0	0
Equipamento administrativo	3190,07	816,36	0	4006,43
Outros activos fixos tangíveis	6090,86	0	0	6090,86
Total dos activos fixos tangíveis	27571,20	816,36	0	28.387,56

Depreciações acumuladas	31.12.2011	Adições	Diminuições	31.12.2012
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	0	0	0	0
Equipamento básico	15903,55	812,93	0	16716,48
Equipamento transporte	0	0	0	0
Equipamento administrativo	3190,07	111,70	0	3301,77
Outros activos fixos tangíveis	6003,36	87,50	0	6090,86
Perdas imparidade acumuladas	0	0	0	0
Total depreciações acumuladas	25096,98	1012,13	0	26109,11

Quantia escritura	31.12.2011			31.12.2012
Total dos activos fixos tangíveis	2474,22	-	-	2278,45

- e) À data de 31 de Dezembro de 2012 não existem compromissos contratuais materialmente relevantes para aquisição de activos fixos tangíveis.



7. ATIVOS INTANGÍVEIS

- a) A mensuração dos ativos intangíveis é efetuada ao custo.
- b) Na depreciação dos ativos intangíveis é utilizado o método da linha reta, com uma imputação duodecimal.
- c) A vida útil dos bens e as taxas de depreciação usadas respeitam o disposto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.
- d) Os movimentos ocorridos nos valores brutos e nas depreciações dos ativos intangíveis foi o seguinte:

Valores brutos	31.12.2011	Adições	Alienações	31.12.2012
Programas de computador	0,00	1510,00	0	1510,00
Total dos ativos intangíveis	0,00	1510,00	0	1510,00

Depreciações acumuladas	31.12.2011	Adições	Alienações	31.12.2012
Programas de computador	0	377,46	0	377,46
Total dos ativos intangíveis	0	377,46	0	377,46

Quantia escritura	31.12.2011			31.12.2012
Total dos activos intangíveis	0	-	-	1132,54

8. INVENTÁRIOS

A desagregação dos inventários e dos gastos no período é a seguinte:

Inventários	31-12-2012	31-12-2011
Mercadorias	57774,26	47530,99
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0	0
Produtos acabados e intermédios	0	0
Produtos e trabalhos em curso	0	0
	<u>57774,26</u>	<u>47530,99</u>

Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	31-12-2012	31-12-2011
Mercadorias	43719,15	38402,04
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0	0
	<u>43719,15</u>	<u>38402,04</u>

As mercadorias são valorizadas ao custo.



9. CLIENTES

A decomposição dos clientes é a seguinte:

Clientes	31-12-2012	31-12-2011
Clientes gerais – mercado nacional	1078,51	1521,51
Clientes gerais – mercado intracomunitário	0	0
Clientes gerais – outros mercados	0	0
	<u>1078,51</u>	<u>1521,51</u>

A EMPDS Belmonte, EM, presta os seus serviços a empresas, instituições e consumidores finais.

Os serviços prestados são realizados em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de Estado e outros entes públicos (Activo) apresentava as seguintes quantias:

EOEP – Activo	31-12-2012	31-12-2011
Imposto s/ rendimento	5560,51	4442,99
Retenção imposto s/ rendimento	0	0
Imposto s/ valor acrescentado	0	6699,65
Total de Estado e outros entes públicos	<u>5560,51</u>	<u>11142,64</u>

O saldo de Imposto sobre o rendimento diz respeito a pagamentos especiais por conta (PEC), no valor de 5538,40 euros e às retenções na fonte de rendimentos de capitais efetuadas por terceiros, no valor de 22,11 euros.

Estes montantes podem ser deduzidos à colecta do próprio período de tributação a que respeitam ou, se insuficiente, até ao quarto período de tributação seguinte (n.º 1 do artigo 93º do CIRC).

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Outras contas a receber	31-12-2012	31-12-2011
Fornecedores c/c	276,20	0
Pessoal (outras operações)	0	1851,11
Devedores por acréscimos de rendimentos	7,39	11,33
	<u>283,59</u>	<u>1862,44</u>



12. DIFERIMENTOS

A decomposição desta rubrica é a seguinte:

Diferimentos	31-12-2012	31-12-2011
Gastos a reconhecer	171,57	151,39
	<u>171,57</u>	<u>151,39</u>

O saldo apresentado respeita à especialização dos gastos com seguros pagos no ano de 2012, com periodicidade do ano seguinte.

13. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Esta rubrica tem a decomposição seguinte:

Caixa e Depósitos Bancários	31-12-2012	31-12-2011
Caixa	1088,79	1809,50
Depósitos à ordem	4168,17	4885,28
Outros Depósitos bancários	2750,74	184,41
	<u>8007,70</u>	<u>6879,19</u>

Os depósitos à ordem correspondem a depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

14. CAPITAL PRÓPRIO

Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço:

Capital próprio	31-12-2012	31-12-2011
Capital	5000,00	5000,00
Prestações suplementares	0	0
Reservas legais	0	0
Outras reservas	0	0
Resultados transitados	19372,28	18098,02
Outras variações no capital próprio	847,25	1199,80
Resultado líquido do exercício	-2043,77	1391,78
Total do Capital próprio	<u>23175,76</u>	<u>25689,6</u>

O capital social da empresa é de 5000 euros e encontra-se totalmente realizado. É detido a 100 % pelo Município de Belmonte.

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta



reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Os resultados transitados registaram uma variação positiva de 7% no valor de 1274,26 euros, em consequência de:

- a) Aplicação do resultado líquido do exercício de 2011 no valor de 1391,78 euros.
- b) Reconhecimento do imposto diferido relativo aos subsídios relacionados com activos no valor de -117,52 euros.

15. PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foi como segue:

Passivos por impostos diferidos	Movimentos
Reconhecimento inicial de passivos por impostos diferidos – respeitante à imputação dos subsídios associados com activos a rendimentos	211,73
Reconhecimento de impostos diferidos em 2012	<u>-117,52</u>
	<u>94,21</u>

O detalhe dos passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2012, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é como segue:

Passivos por impostos diferidos	31-12-2012
Passivos por impostos diferidos – respeitante à imputação dos subsídios associados com activos a rendimentos	<u>94,21</u>
	<u>94,21</u>

A EMPDS Belmonte, EM, reconheceu pela primeira vez impostos diferidos no exercício de 2010.

De acordo com a legislação em vigor a entidade utiliza uma taxa de impostos diferidos de 25% (25% de taxa de IRC + 0% de taxa de Derrama).

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 pode ser detalhado como segue:

Imposto sobre o rendimento	31-12-2012
Imposto estimado para o período	0
Tributações autónomas	0
Imposto diferido	<u>117,52</u>
Total do imposto sobre o rendimento do período	<u>117,52</u>



A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:

Imposto sobre o rendimento		31-12-2012
Resultados antes de impostos		-2161,29
Diferenças permanentes		0
Resultado após diferenças permanentes (Lucro tributável)		-2161,29
Taxa de imposto		25%
Imposto do exercício		0
Imposto diferido de diferenças temporárias		117,52
Tributações autónomas		0
Imposto total		117,52

16. FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores apresenta os saldos seguintes:

Fornecedores	31-12-2012	31-12-2011
Fornecedores c/c	35260,87	30904,53
Total de Fornecedores	35260,87	30904,53

A dívida a fornecedores c/c resulta do desenvolvimento da actividade operacional.

17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de Estado e outros entes públicos (Passivo) apresentava as seguintes quantias:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Imposto s/ rendimento	0	0
Retenção de imposto s/ rendimento (IRS)	308,00	354,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2597,98	0
Contribuições p/ a segurança social	1701,25	1775,76
Total de Estado e outros entes públicos	4607,23	2129,76

As retenções de IRS e as contribuições para a Segurança Social, evidenciam as retenções/contribuições efectuadas no mês de Dezembro de 2012 e pagas em Janeiro de 2013. O imposto sobre o valor acrescentado evidencia o IVA a pagar apurado relativo ao 4º trimestre de 2012 e pago em fevereiro de 2013.



18. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Remunerações a pagar ao pessoal	0	0
Outras operações com o pessoal	0	0
Fornecedores de investimentos	0	596,94
Credores por acréscimos de gastos	12591,55	11594,87
Passivos por impostos diferidos	0	0
Outros credores	430,50	0
	<u>13022,05</u>	<u>12191,81</u>

O saldo de acréscimo de gastos corresponde à estimativa para férias, subsídio de férias e respectivos encargos, relativos a direitos adquiridos no ano de 2012, que a EMPDS Belmonte, EM, liquidará no ano de 2013 (11531,66 euros) e ainda à especialização de comunicação a liquidar (59,89 euros) e trabalhos especializados a liquidar (1000,00 euros).

19. DIFERIMENTOS

A decomposição desta rubrica é a seguinte:

Diferimentos	31-12-2012	31-12-2011
Rendimentos a reconhecer	127,01	434,95
	<u>127,01</u>	<u>434,95</u>

O saldo apresentado respeita à especialização dos rendimentos com subsídios ao projecto de promoção turística a imputar aos anos seguintes.

20. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Vendas e Prestações de serviços – mercado nacional	149960,29	157034,33
Vendas e Prestações de serviços – mercado intracomunitário	0	0
Vendas e Prestações de serviços – outros mercados	0	0
	<u>149960,29</u>	<u>157034,33</u>



21. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Subsídios à exploração do Estado e outros entes públicos	307,94	551,33
	<u>307,94</u>	<u>551,33</u>

Foram imputados a rendimentos do exercício, o valor relativo ao incentivo ao projecto de promoção turística na proporção dos gastos contabilizados (307,94 euros).

22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Subcontratos	0	0
Trabalhos especializados	4048,05	2738,58
Publicidade e propaganda	460,00	1405,00
Vigilância e segurança	0	217,14
Honorários	4510,00	5234,90
Conservação e reparação	0	0
Outros serviços especializados	1170,40	981,10
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	463,28	444,78
Livros e documentação técnica	5,66	0
Material de escritório	874,19	1019,43
Artigos para oferta	0	0
Outros materiais	4514,02	897,05
Eletricidade	27,60	68,89
Combustíveis	764,24	377,57
Água	0	0
Outros fluidos	0	0
Deslocações e estadas	804,41	768,00
Transportes de pessoal	0	0
Rendas e alugueres	141,51	0
Comunicação	3838,41	3463,19
Seguros	44,37	505,36
Contencioso e notariado	25,00	12,50
Despesas de representação	0	0
Limpeza, higiene e conforto	164,53	509,56
Outros serviços	2880,90	933,40
	<u>24736,57</u>	<u>19576,45</u>



Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) registaram um acréscimo de cerca de 26% (+5160,12) relativamente ao ano anterior.

Os outros materiais (18%), os honorários (18%), os trabalhos especializados (16%), a comunicação (15,5%) e outros serviços (11,5%) representam cerca de 80% do total dos FSE.

23. GASTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Remunerações dos órgãos sociais	1435,44	1435,44
Remunerações do pessoal	79069,12	83237,25
Encargos sobre remunerações	15125,47	15526,76
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	729,25	604,79
Outros gastos com o pessoal	0	0
	<u>96359,28</u>	<u>100804,24</u>

Os gastos com o pessoal diminuíram cerca de 4,4% face ao exercício anterior.

As remunerações dos órgãos sociais (conselho de administração) no período em análise ascenderam a 1435,44 euros, correspondentes às senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração.

A média de funcionários ao serviço da EMPDS Belmonte, EM, no ano de 2012, diminuiu de 8 para 7.

24. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Rendimentos suplementares	900,00	0
Ganhos em inventários	12.838,21	0
Correções relativas a períodos anteriores	350,00	3398,69
Imputação de subsídios para investimento	470,07	470,07
Outros não especificados	40,05	782,39
	<u>14.598,33</u>	<u>4651,15</u>

Os ganhos em inventários dizem respeito a sobras de existências identificadas através da inventariação física efetuada em 31/12/2012.



25. OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta rúbrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Impostos	18,00	0
Outros gastos	887,91	36,96
Outros gastos de financiamento	0	0
	<u>905,91</u>	<u>36,96</u>

Os outros gastos respeitam a correcções relativas a exercícios anteriores no valor de 240,24 euros e outros gastos não especificados no valor de 647,67 euros.

26. GASTOS DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

Esta rúbrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Activos fixos tangíveis	1012,13	2166,60
Activos intangíveis	377,46	0
	<u>1389,59</u>	<u>2166,60</u>

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas estão em conformidade com o disposto no Decreto-Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

27. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Juros obtidos	84,50	70,75
Outros rendimentos similares	0	0
	<u>84,50</u>	<u>70,75</u>

Esta rubrica reflecte os juros obtidos com as aplicações de tesouraria efectuadas pela entidade.



28. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Esta rúbrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Juros Suportados	1,85	0
Outros gastos de financiamento	0	0
	<u>1,85</u>	<u>0</u>

29. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Esta rúbrica tem a desagregação seguinte:

Imposto sobre o rendimento	31-12-2012
Imposto corrente	0
Imposto diferido	117,52
Total do imposto sobre o rendimento do período	<u>117,52</u>

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 22 de Março de 2013.

Belmonte, 22 de Março de 2013

Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **EMPDS - EMPRESA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE BELMONTE, EM**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de 76.287 euros e um total de capital próprio de 23.176 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.044 euros), as Demonstrações de Resultados por naturezas, de Alterações nos Capitais Próprios e a dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizados na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **EMPDS -EMPRESA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE BELMONTE, EM**, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Covilhã, 25 de Março de 2013

CRUZ MARTINS & PEGA MAGRO
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por

João Alberto da Cruz Martins, ROC n.º 735



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e nos termos do mandato que nos foi conferido, vimos apresentar-vos o relatório da nossa atividade e o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas da **EMPDS - EMPRESA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE BELMONTE, E.M.**, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.
2. No desempenho das funções de fiscal único acompanhámos a atividade desenvolvida pela empresa, sobretudo através das atas das reuniões do Conselho de Administração e dos contactos com os respectivos membros, e efetuámos os procedimentos julgados necessários ao exercício das nossas funções, bem como da observância da lei e dos estatutos.
3. Durante o exercício verificámos, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte. Os critérios de valorimetria utilizados na prestação de contas estão em conformidade com as disposições legais aplicáveis e encontram-se adequadamente evidenciados no anexo às demonstrações financeiras.
4. Analisámos os documentos de prestação de contas preparados em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística bem como o Relatório do Conselho de Administração, tendo concluído que os mesmos possibilitam uma adequada compreensão da situação financeira da empresa em 31 de Dezembro de 2012, bem como do modo como se desenrolaram as atividades e se formou o resultado do período acima referido.
5. Elaborámos, para além do parecer sobre a informação financeira referente ao exercício de 2012, a certificação legal de contas decorrente do exame efectuado a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste relatório.



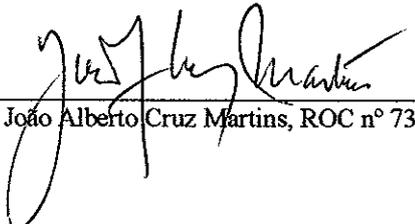
6. Face ao que antecede, e tendo em consideração o conteúdo da certificação legal de contas, o fiscal único é de parecer que:

- a) O Relatório apresentado pelo Conselho de Administração deve ser aprovado;
- b) As contas apresentadas pelo Conselho de Administração constituídas por Balanço, Demonstração de Resultados por natureza, Demonstração de fluxos de caixa, Demonstração de alterações do capital próprio e respectivo Anexo devem ser aprovadas;
- c) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração deve ser aprovada.

7. Por último é nosso desejo agradecer a colaboração prestada pelo Conselho de Administração e serviços respetivos.

Belmonte, 25 de Março de 2013

CRUZ MARTINS & PÊGA MAGRO
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por


João Alberto Cruz Martins, ROC n.º 735